



1 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DE POLÍTICA
2 URBANA E AMBIENTAL DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO
3 DE GOIÁS, REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DO ANO DE 2015.

4
5 CEPUA

6
7 Às 14h30min (quatorze horas e trinta minutos) do dia 15 (quinze), do mês de abril, do ano de
8 2015 (dois mil e quinze), no auditório do Edifício Concept Office, sede do CAU/GO, iniciou-se
9 a Reunião Ordinária da Comissão Especial de Política Urbana e Ambiental com os seguintes
10 pontos de pauta: **aprovação da pauta; análise de Propostas; apreciação extrapauta;**
11 **informes gerais.** Estavam presentes os Conselheiros Garibaldi Rizzo de Castro Júnior,
12 John Mivaldo da Silveira, Lorena Cavalcante Brito, Marcos de Arimatéa, Maria Luísa Gomes
13 Adorno e Regina Maria de Faria Amaral Brito, ainda, os convidados Carlos Alberto Martins,
14 Érika Kneib, Marcela Ruggeri e Miraci Kuramoto Nucada, além da Gerente Geral Isabel
15 Barêa Pastore e a Assistente Técnica do CAU/GO Andressa Mendonça. Verificada a
16 existência de quórum a Coordenadora da CEPUA, **Regina de Faria** deu início à reunião. A
17 pauta foi aprovada, com inclusão de ponto extrapauta. Após, a Coordenadora se apresentou
18 para os convidados presentes e fez um breve relato dos objetivos desta Comissão. Em
19 seguida, abriu espaço para a apresentação dos demais membros e convidados. O
20 coordenador adjunto **Garibaldi Rizzo** relatou que trabalha na Secretaria de Infraestrutura de
21 Goiás e é presidente do SARQ/GO - Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas do Estado de
22 Goiás. Ele evidenciou sua preocupação com as demolições de residências históricas que
23 estão ocorrendo no centro de Goiânia para construção de estacionamentos e que o IPHAN -
24 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Ministério Público de Goiás e a
25 Prefeitura Municipal de Goiânia estão trabalhando em conjunto para requerer o tombamento
26 dessas construções, em vista disso, o conselheiro salienta a importância do CAU/GO, por
27 meio desta Comissão, estar presente atuando em conjunto nessa ação. A conselheira **Maria**
28 **Luísa** ao se apresentar, salientou que faz parte do corpo docente da UEG - Universidade do
29 Estado de Goiás, em Anápolis, Doutora em Políticas Públicas a conselheira salienta que está
30 no Conselho para trabalhar a favor das cidades com foco no interior do estado. Ela citou
31 também as outras comissões das quais faz parte, CED e CETED, e que nessa última os
32 trabalhos podem acontecer em conjunto com a CEPUA. A conselheira **Lorena Cavalcante**

RMB

1



33 explanou sobre seu trabalho na docência e que está no CAU para contribuir com seu
34 trabalho da melhor forma possível. O Conselheiro **Marcos de Arimatéa** dividiu suas
35 experiências com os demais participantes da reunião, contando do trabalho que desenvolveu
36 junto à prefeitura de Aparecida de Goiânia, onde teve a oportunidade de elaborar e executar
37 um Plano Diretor e que hoje vivencia seus erros e acertos. O conselheiro **John Silveira**
38 relatou que sempre foi envolvido com as questões do meio ambiente e acredita que esta
39 Comissão tem muito a contribuir com a sociedade. O convidado **Carlos Alberto** é professor
40 da PUC/GO - Pontifícia Universidade Católica de Goiás - e atua na área de planejamento
41 urbano, com a elaboração de planos diretores e que tem tido auxílio do Ministério Público do
42 Estado junto a essas elaborações, pois ele cita que muitas vezes o Plano Diretor do
43 Município tende a atender ao interesse de administradores. A convidada **Marcela Ruggeri** é
44 conselheira suplente do CAU/GO, professora da PUC/GO e perita do Ministério Público,
45 trabalhando na unidade de engenharia e busca nesta comissão ter um espaço para
46 discussão de ideias com os colegas arquitetos com o intuito de ter mais argumentos para a
47 elaboração de pareceres construtivos para a sociedade. A convidada **Érika Kneib** é
48 professora da Universidade Federal de Goiás, trabalha com temas relacionados a usos do
49 solo e mobilidade urbana referente à cidade de Goiânia. Ela agradeceu o convite e relatou
50 que busca ajudar a construir ideias e soluções produtivas junto ao CAU/GO neste período de
51 gestão pública difícil que a cidade de Goiânia está passando e se coloca a disposição para
52 elaboração de propostas. A convidada **Miraci Kuramoto** evidenciou os trabalhos que já
53 realizou junto aos conselheiros Marcos e Regina e o colega Carlos Alberto. Ela é professora
54 da PUC/GO e busca colaborar com suas experiências junto ao Conselho com a política
55 urbana e agradeceu pelo convite. Posteriormente, a **Coordenadora** destacou que o
56 Conselho tem que se posicionar em relação aos assuntos polêmicos e que esse
57 posicionamento tem que ser em conjunto, não de uma ou outra pessoa. Ela cita que o
58 número de conselheiros é pouco em relação à demanda de ações e que não cabe ao
59 CAU/GO somente a fiscalização dos profissionais, mas também cabe fiscalizar as atividades
60 políticas que geram aprovação de projetos impactantes que irão repercutir de forma nefasta.
61 A coordenadora realçou, ainda, o poder que as mobilizações da sociedade civil e dos
62 técnicos alcançam exemplificando o caso da construção de algumas torres de altíssima
63 densidade em Brasília – DF, que contrariavam o Plano Diretor e que sociedade e técnicos se
64 uniram para questionar e conseguiram reverter à situação. Com esse exemplo, a

RMZ

2



65 coordenadora buscou provar que o discurso é importante por promover a reflexão da
66 sociedade, mas além do discurso é preciso realizar ações junto às organizações e
67 mobilizações. **Diagnóstico da atual situação dos Planos Diretores:** a Coordenadora
68 propôs fazer diagnósticos dos municípios mediante parceria com o Ministério Público para
69 verificar se os municípios possuem Planos Diretores, com informações de quem fez e quem
70 está executando-o atualmente com a apresentação do profissional responsável, RRT, e
71 cabendo ao CAU/GO demonstrar quais são as responsabilidades desses técnicos. Foi
72 relatado que a forma mais ágil seria em parceria com o Ministério Público Estadual, pois já
73 houve um convênio e bastaria atualizá-lo com os termos necessários, tendo em vista que o
74 Ministério Público está em todos os municípios e que suas requisições possuem prazos para
75 serem atendidas. Dessa forma, a Comissão formularia um questionário que seria enviado
76 pelo Ministério Público e em pouco tempo estaria disponível um diagnóstico da situação para
77 que em seguida a Comissão possa avaliar a próxima ação. O conselheiro **Marcos Arimatéa**
78 explanou que essas informações poderão vir camufladas, positivamente, pois há interesses
79 políticos que influenciam na elaboração e execução dos Planos, visto que é comum
80 acontecer divergências entre os interesses dos técnicos responsáveis e do poder executivo
81 dos municípios. Quando os interesses são diferentes pode acontecer do executivo solicitar
82 pareceres de advogados a favor da parte solicitante. O convidado **Carlos Alberto** alertou
83 que a Secretaria das Cidades pode ter dossiês em relação a esse diagnóstico, pois ela
84 monitorou os municípios por um tempo e que agora o que pode ser feito é uma atualização
85 dessas informações. Em relação à contratação de técnicos nas prefeituras, o convidado
86 Carlos Alberto salientou que em vários municípios os prefeitos irão alegar que não têm
87 orçamento, assim, o CAU/GO pode propor desenvolver ações conjuntas interdisciplinares e
88 fazer consórcio com equipe técnica para juntar mais de um município que não tenha
89 condições, também é importante cobrar do governo do estado o fomento de ações no
90 estado. **ENCAMINHAMENTO:** fazer em parceria com o Ministério Público um levantamento
91 do número de municípios goianos que possuem Plano Diretor e responsável técnico e se
92 possuem um sistema de planejamento (com técnicos capacitados). O conselheiro **Garibaldi**
93 **Rizzo** ficou responsável por verificar a existência do dossiê com esse levantamento junto a
94 Secretaria em que trabalha. **Dos seminários programados para 2015:** na última reunião, a
95 Comissão sugeriu a realização de 3 (três) seminários ligados ao tema política urbana e
96 ambiental, sendo dia 11 (onze) de junho na cidade de Anápolis, 14 (quatorze) de agosto na

Rm 3

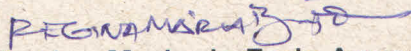


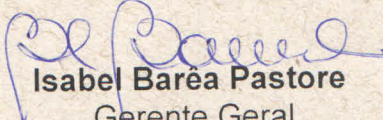
97 cidade de Aparecida de Goiânia e um seminário nacional na terceira semana de outubro.
98 Contudo, a Comissão de Eventos do CAU/GO alertou para a impossibilidade de realizar os
99 três eventos mediante a falta de orçamento e aprovou somente a realização do seminário no
100 mês de outubro. Dessa forma, a coordenadora informou que está buscando parcerias para
101 realizar os seminários em Anápolis e em Aparecida de Goiânia junto a outros órgãos, como a
102 OAB - Ordem dos Advogados do Brasil - e CREA/GO. Sugeriu também parcerias com as
103 outras comissões do próprio CAU/GO para organizar eventos em conjunto. O conselheiro
104 **Marcos de Arimatéa** sugeriu como tema do seminário o papel do arquiteto no planejamento
105 das cidades por abordar tanto questões práticas quanto políticas. **Da análise de projetos**
106 **denunciados:** a **Coordenadora** salientou a importância desta Comissão em solicitar a
107 apresentação de projetos como do VLT, do Parque do Cerrado e do Jardim Botânico para
108 poder ter seus impactos avaliados. Assim, a Comissão poderá discutir as características do
109 projeto e se posicionar a respeito. A **Coordenadora** indagou se os participantes tinham em
110 ciência de algum outro projeto urbano para começar a ser analisado com prioridade pela
111 Comissão. O conselheiro **Marcos** citou a questão do eixo 85, a convidada **Marcela Ruggeri**
112 informou que no Ministério Público ela irá analisar a T-7 e a Coordenadora salientou a
113 importância de se dar uma atenção maior ao Projeto do VLT. A convidada **Érika Kneib** pediu
114 a palavra para fazer algumas colocações a respeito do primeiro ponto abordado, sobre os
115 diagnósticos, ela considera importante a recuperação das informações junto à Secretaria das
116 Cidades e realizar o questionário para ser encaminhado aos municípios em parceria com o
117 Ministério Público; o segundo ponto colocado, a realização dos seminários, ela se
118 manifestou favorável aos eventos por considerar bastante importante o CAU/GO discutir este
119 tema com a sociedade; por último, em relação a análise de projetos ela considera essencial
120 acrescentar foco na gestão junto ao planejamento e que cabe ao Conselho a cobrança dos
121 RRT's nos municípios. A convidada salientou a falta de publicidade de relatórios de Impacto
122 Urbano. Por fim, ela acrescentou que a UFG estará elaborando um curso de capacitação
123 voltado para os arquitetos e urbanistas e que junto ao ofício pode-se acrescentar um convite
124 para que os municípios encaminhem seus técnicos para serem capacitados. **Informes**
125 **Gerais:** a assistente técnica **Andressa Mendonça** informou que o CAU/BR encaminhou e-
126 mail solicitando que a data do Seminário de Política Urbana previsto para acontecer nos dias
127 21 (vinte e um) e 22 (vinte e dois) de outubro seja alterada para 20 (vinte) e 21 (vinte e um)
128 devido ao calendário do CAU/BR, essa alteração possibilitaria a vinda de todos os

Ruz



129 conselheiros federais. ENCAMINHAMENTO: a Comissão aceitou realizar essa alteração. A
130 Coordenadora agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão. Do que, para
131 constar, eu, Isabel Barêa Pastore secretariei a sessão e lavrei a presente ata que, depois de
132 lida e achada conforme, será assinada por mim, pela Coordenadora da Comissão Especial
133 de Política Urbana e Ambiental Regina Maria de Faria Amaral Brito, aos quinze dias do mês
134 de outubro do ano de dois mil e quinze.

135
136 
137 **Regina Maria de Faria Amaral Brito**
138 Coordenadora

139
140 
141 **Isabel Barêa Pastore**
142 Gerente Geral
143